



Indicadores sobre a pobreza
Dados Europeus e Nacionais
Outubro 2017

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém.

Dos dados recolhidos ressalta (documento disponível na íntegra: www.eapn.pt):

Dados europeus

- Segundo os últimos dados do Eurostat em 2016, existiam na UE28 cerca de 117.5 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (23.4%^e do total da população). Em Portugal essa percentagem foi de 25.1%.
- São as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (24.3%), por comparação aos homens (22.4%) (UE28).
- Em 2016 (UE28), 26.5%^e dos jovens com menos de 18 encontrava-se em situação de pobreza e exclusão social. No que diz respeito às pessoas mais idosas (+ 65 anos), a percentagem estimada situou-se nos 17.7%.
- Em 2016, 17.2%^e da população da UE28 encontrava-se em risco de pobreza; 10.4%^e da população com idade entre os 0-59 anos vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Também 2016, 7.5%^e da população da UE encontrava-se em condições de privação material severa, existindo um desagravamento face a 2015.

Segundo o Eurostat os dados para Portugal em 2016 são os seguintes: 19% da população está em situação de pobreza; 8.4% em situação de privação material severa e 9.1% numa situação de baixa intensidade de trabalho.

- Em 2016, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 71.0%. No caso dos homens a taxa de emprego foi de 74.2% e no caso das mulheres a taxa foi de 67.4%.
- Em Agosto de 2017 a taxa de desemprego para a Zona Euro (EA19) foi de 9.1%, para a UE28 foi de 7.6% e para Portugal de 8.9%.
- Houve uma diminuição do desemprego jovem entre Agosto de 2017 e o período homólogo. Em Agosto de 2017 a taxa de desemprego jovem foi de 16.7% para a UE28 e de 18.9% para a zona

euro. Para Portugal essa taxa foi de 24.6% em agosto de 2017, menos 2 pp face ao período homólogo, mas mais 1.6 pp relativamente a julho de 2017 (23.0%).

- A taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28. Para a Zona Euro foi de 9.4%. Em Portugal foi 10.9%.
- Segundo o Eurostat a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 11.5%, para a Zona Euro (EA19) de 11.7% e para Portugal de 10.6%. Houve uma diminuição dos jovens NEET ao nível da média europeia e para Portugal ao longo dos últimos anos.
- A população da UE tem vindo a aumentar tendo sido estimada em janeiro de 2017 em 511.8 milhões de pessoas.
- O índice sintético de fecundidade na UE foi em 2015 de 1.58 (prov). Para Portugal foi de 1.31 (estim.), sendo a menor taxa de fecundidade da UE28.
- O índice de dependência dos idosos, em janeiro de 2016, foi de 29.3% para a UE28. Portugal registava um índice de 31.8%.
- Durante o segundo trimestre de 2017, 149 000 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados-membros da UE (menos 11% em relação ao primeiro trimestre de 2017).

Dados nacionais

- No que diz respeito aos dados do INE, em 2015, 19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza, valor que diminuiu ligeiramente relativamente ao ano anterior.
- Em 2015, a taxa de risco de pobreza para a população idosa foi de 18.3%, superior em 1.3 p.p. ao valor registado em 2014 (17.0%).
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%. Em 2015 registou 22.4%, verificando-se uma descida relativamente a 2014 (24.8%).
- Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes.
- Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros

inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente à população reformada, assistiu-se a um novo aumento em 2015 para 16.0% (em 2014 foi 14.4%).

- Os resultados do INE indicam para 2015 uma taxa de intensidade de pobreza de 26.7%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%).
- Segundo dados do INE, em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa.
- Em 2015, 9.1% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor diminuiu face ao ano anterior (10.9%).
- Taxa de emprego (%) da população residente com idade entre 15 e mais anos era em agosto de 2017 de 60.3%.
- Segundo o destaque do INE a taxa de desemprego de julho de 2017 situou-se em 8,9%, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) do que no mês anterior e menos 0,6 p.p. em relação a três meses antes. Aquele valor representa uma revisão de menos 0,2 p.p. face à estimativa provisória divulgada há um mês e corresponde ao valor mais baixo observado desde novembro de 2008, quando se registou igualmente uma taxa de 8,9%
- A taxa de desemprego dos jovens situou-se em 24.6% e aumentou 1.6 p.p. em relação ao mês precedente.
- Em Portugal, em agosto de 2017, 210. 419 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI); No mesmo mês 165.783 de pessoas beneficiavam do CSI.

INTRODUÇÃO

A poucos dias de se comemorar o 17 de outubro deixamos mais uma vez alguns dados disponíveis sobre a pobreza e exclusão social na Europa com um foco especial na situação nacional.

O dia Internacional para a Erradicação da Pobreza procura sensibilizar para esta problemática e alertar para os números da pobreza e suas consequências para a sociedade. No atual contexto europeu onde assistimos a fenómenos extremistas de vária ordem (políticos, religiosos, culturais, raciais) devemos apelar a uma Europa unida e solidária, capaz de superar os desafios que se avizinham de uma forma comum. A Iniciativa da Comissão Europeia do Pilar dos Direitos Sociais pode, em teoria, ser uma oportunidade para a União Europeia restabelecer alguns dos seus princípios basilares e caminhar no sentido de não só da União económica e monetária mas, uma vez instituído, “*o Pilar passará a ser o quadro de referência para a observação da situação social e de emprego nos Estados-Membros*”¹. Trata-se portanto de uma oportunidade que aguardamos com expectativa, muito embora com alguma dose de cepticismo.

No dia 17 de Outubro importa alertar para a situação em que vivem muitos dos que partilham o mesmo território. Muitas vezes a pobreza e a exclusão social tornam-se invisíveis na sociedade sobretudo quando se trata de grupos sociais específicos. A pobreza constitui uma violação dos direitos humanos fundamentais e por isso todos temos que estar muito atentos e conscientes das consequências da pobreza e exclusão social na vida das pessoas. Daí a importância de todas as ações de sensibilização e informação, de todas as campanhas que se realizam neste domínio de atuação. A sociedade em geral tem que ser alertada para esta realidade que muitas vezes desconhece e outras vezes parece não querer ver.

Para além dos números da pobreza e exclusão social que este documento retrata, quer em contexto nacional, quer europeu procuramos salientar alguns indicadores que, de alguma forma, se cruzam com a pobreza e exclusão social, e muitos deles se assumem como causas da pobreza. O desemprego, o desemprego de longa duração, o desemprego jovem são alguns desses indicadores. A questão dos trabalhadores pobres e do salário mínimo nacional surgem também neste documento ressaltando que em Portugal a condição de estar empregado não impede a situação de pobreza e exclusão social porque os baixos salários são uma realidade, para além da precariedade associada ao mercado laboral. As desigualdades na distribuição do rendimento são também um dos problemas estruturais do nosso país que impedem que os números da pobreza desçam de forma significativa.

¹ https://ec.europa.eu/commission/priorities/deeper-and-fairer-economic-and-monetary-union/european-pillar-social-rights_pt

Também a questão dos refugiados e a importância cada vez maior do envelhecimento da população e das consequências desta situação para a sociedade.

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Segundo os últimos dados do Eurostat² em 2016, existiam na UE28 cerca de 117.5 milhões de pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social (23.4% do total da população). Tendo em conta que este é um indicador compósito³ estima-se que, em 2016, 17.2% das pessoas da UE28 viviam em risco de pobreza; 7.5 % em situação de privação material severa (em 2016) e 10.4% num agregado com muito baixa intensidade de trabalho.

No quadro seguinte é possível perceber a situação deste fenómeno na UE28 na Zona Euro (EA) e em Portugal (PT):

Quadro 1: Pobreza e Exclusão Social na UE28, EA19 e Portugal (% e N°/milhões)

	Proporção do total da pop. %		Número de pessoas (milhões)	
	2008	2016	2008	2016
EU28	23.7	23.4	115 910	117 470
EA19	21.7	22.9	71 197	76 462
PT	26.0	25.1	2 760	2 590

Fonte: Eurostat (ilc_peps01); os dados de 2008 para a UE28 exclui a Croácia; os dados de 2016 para a UE28 e EA19 são estimativas; atualização: 13/10/2017

Em termos de género, são as mulheres que se encontravam em maior risco de pobreza ou exclusão social (24.3%), por comparação aos homens (22.4%). Esta situação verificou-se igualmente em Portugal onde 26.0% das mulheres e 24.1% dos homens se encontravam em risco de pobreza e exclusão social⁴.

Em termos de grupos etários (e para ambos os sexos), verificou-se que era o grupo com menos de 18 anos (26.5%^e) que se encontrava em maior risco de pobreza e de exclusão social (UE28).

No que diz respeito às pessoas mais idosas (+ 65 anos), a percentagem estimada situou-se nos 17.7% (UE28). Verifica-se também na tabela seguinte que, em Portugal todas as percentagens sofreram uma

² Consultar: <http://ec.europa.eu/eurostat> ; Codes: t2020_50; t2020_51; t2020_52; t2020_53 (dados atualizados a 25/09/2017); Eurostat, Newsrelease n° 155/2017 de 16 de Outubro 2017

³ Em 2010 a Comissão Europeia apresentou a sua nova estratégia para a Europa, a Estratégia Europa 2020 que se propunha promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta Estratégia assenta em 5 objetivos centrais, sendo um deles a luta contra a pobreza e a exclusão social, ou seja, propõe-se reduzir, pelo menos, em 20 milhões, e até 2020, o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. Como forma de medir este objetivo foi criado o indicador AROPE – At risk of poverty or social exclusion - definido como a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

⁴ Eurostat (ilc:peps01) dados atualizados a 13/10/2017

ligeira diminuição entre 2015 e 2016, com exceção para as pessoas com 65 ou mais anos (21.8%). No entanto, o risco de pobreza ou exclusão social continua a ser bastante significativo para os jovens com menos de 18 anos (27.0%).

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por sexo e grupo etário, 2015 e 2016 (%)

Ano referência	UE-28		EA19		PT	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
< 18	27.1 ^e	26.5 ^e	25.4	25.4 ^e	29.6	27.0
18-64	24.7 ^e	24.1 ^e	24.6	24.1 ^e	27.4	25.6
+ 65	17.4 ^e	17.7 ^e	15.9	16.6 ^e	21.7	21.8
Homens	23.1	22.4	22.3	21.9	25.9	24.1
Mulheres	24.5	24.3	23.8	23.8	27.3	26.0

Fonte: Eurostat (ilc_peps01 / atualização 13/10/2017) | ^e - estimativa

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. No quadro seguinte é possível verificar a situação de vulnerabilidade segundo a composição do agregado familiar. Destaca-se, na UE28, a maior vulnerabilidade das famílias monoparentais (um adulto com crianças a cargo), das famílias unipessoais com menos de 65 anos e as pessoas singulares. No caso de Portugal é de realçar a gravidade de pobreza para os mesmos agregados referidos, mas é importante destacar também o aumento considerável do risco de pobreza e exclusão social entre 2015 e 2016 para as famílias alargadas (2 adultos com 3 ou mais crianças) que subiu 7pp e para as famílias com uma criança dependente que subiu 1.5pp.

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por quintil de rendimento e tipo de agregado familiar (%)

	UE28		PT	
	2015	2016	2015	2016
Pessoas singulares	33.0	32.6 ^e	35.3	33.7
1 adulto com menos de 65 anos	38.1	36.9 ^e	37.6	34.5
1 adulto com 65 e + anos	26.3	26.8 ^e	33.6	33.1
1 adulto com crianças a cargo	48.1	48.2 ^e	46.2	42.0
2 adultos com 1 criança	17.6	17.9 ^e	17.8	19.3

dependente				
2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo	32.2	31.2^e	39.2	46.2

Fonte: Eurostat (ilc_peps03 / atualização 12/10/2017)

➤ Pobreza monetária⁵

Em 2016, 17.2% da população da UE (UE28) encontrava-se em risco de pobreza, depois das transferências sociais, ou seja, encontrava-se abaixo dos 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente. Relativamente aos Estados-Membros, a Roménia apresenta a taxa mais elevada (25.3%), seguida da Bulgária (22.9%), Espanha (22.3%), Lituânia (21.9%), Letónia (21.8%), Estónia (21.7%) e Grécia (21.2%). As percentagens mais reduzidas verificam-se na República Checa (9.7%), Finlândia (11.6%), Dinamarca (11.9%), Eslováquia (12.7%) e Holanda (12.8%).

Portugal regista uma taxa de 19.0%.

Quadro 4: Pessoas em risco de pobreza após transferências sociais (%) (2014, 2015 e 2016)

	UE28			EA19			PT		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Após transferências sociais	17.2	17.3	17.2 ^e	17.1	17.2	--	19.5	19.5	19.0

Fonte: Eurostat (code: t2020_52; ilc_li10). Atualização: 12/10/2017

As transferências sociais têm um impacto considerável na redução da pobreza. Em 2015, antes das transferências sociais a percentagem de pessoas em risco de pobreza era consideravelmente superior: UE28 (26.1%) e PT (26.4%) (valores para 2015).

A proteção social é central para *proteger os cidadãos dos riscos associados com o desemprego, as responsabilidades parentais, cuidados de saúde e invalidez, perda de cônjuge ou parente, envelhecimento, habitação e exclusão social*. Segundo o Eurostat, em 2014, a despesa bruta com a

⁵ Eurostat Code: t2020_52; Eurostat, Newsrelease nº 155/2017 de 16 de Outubro 2017

proteção social representava 28.65% do PIB da UE28 e 29.73% do PIB da Zona Euro-18. Para Portugal e para o mesmo ano a percentagem foi de 26.86%, tendo ocorrido uma redução de 0.75 pp face a 2013.⁶

Uma das despesas mais significativas ao nível dos sistemas de proteção social prende-se com as atribuídas à velhice: para a EU28 essa percentagem foi de 11.10 (2014) e para Portugal de 12.75% (despesa bruta em percentagem do PIB)⁷. As pensões assumem um peso considerável: em 2014, cerca de 12.9%^p do PIB da UE28 era gasto com pensões, sendo que 9.8% do PIB era utilizado em pensões de velhice. Estas despesas variam consideravelmente entre os países, sendo a Grécia o país da UE28 onde os custos com pensões eram mais elevados (17.1%^p do PIB), seguida da Itália (16.5%) e Portugal (15.6%). A Irlanda, pelo contrário, era o país onde os custos com pensões eram mais baixos em relação PIB (6.4%). Se tivermos em conta apenas as pensões de velhice, os países onde esse apoio social assumia um maior peso face ao PIB era a Grécia (13.3%^p), França (12.3%) e Itália (11.7%^p). Em Portugal, a despesa com as pensões de velhice equivaliam a 11.5% do PIB⁸.

Segundo o Eurostat⁹, em 2013, pouco mais de um quarto da população da UE28 (26.1%) recebeu pelo menos uma pensão. Em Portugal essa proporção era superior aproximando-se dos 30%. Mais de três quartos (76,7%) de beneficiários de pensões estavam a receber pensão de velhice.

➤ **Privação material severa¹⁰**

Eurostat estima que, em 2016, 7.5% da população da UE28 encontrava-se em condições de privação material severa, verificando-se um desagravamento da situação face ao ano anterior (menos 0.6 pp) e a 2014 (menos 1.4 pp). No conjunto de países, a privação material severa está acima dos 20% em países como a Bulgária (31.9%), Roménia (23.8%) e Grécia (22.4%); e abaixo dos 4% em países como Suécia (0.8%), Luxemburgo (1.6%), Finlândia (2.2%), Dinamarca (2.6%), Holanda (2.6%), Áustria (3.0%), Alemanha (3.7%).

Em Portugal a percentagem de pessoas em situação de privação material severa foi de 8.4%. Uma diminuição de 1.2 pp face ao período homólogo.

⁶ Eurostat Code: spr_net_ben (dados atualizados a 22-08-2017)

⁷ Eurostat Code: spr_net_ben (dados atualizados a 22-08-2017). Expenditure Type: Old Age.

⁸ Eurostat Code: spr_exp_pens (dados atualizados a 19-04-2017)

⁹ Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016

¹⁰ Eurostat, Code: t2020_53. Eurostat, Newsrelease nº 155/2017 de 16 de Outubro 2017. Alguns dados ainda são estimativas ou provisórios (estão identificados).

Quadro 5: Privação Material Severa (%)

Ano de referência	2008	2014	2015	2016
UE28	-	8.9	8.1	7.5 ^e
EA19	5.9	7.4	7.0	6.8 ^{ep}
PT	9.7	10.6	9.6	8.4

Fonte: Eurostat. Code: t2020_53

e- estimativa p-provisório

No que diz respeito à privação material severa de acordo com o tipo de agregado, verifica-se que os agregados com crianças a cargo são mais afetados por esta situação do que os agregados sem filhos, como se pode ver no quadro seguinte. No entanto, sublinhe-se a elevada taxa de privação material das famílias unipessoais (10.6%^{ep} para UE28), nomeadamente das famílias com um adulto com menos de 65 anos (12.3%^{ep} para UE28).

No que se refere à evolução face ao período homólogo, o Eurostat estima que tenha existido uma diminuição da privação material na maior parte dos agregados familiares, sendo que ao nível das famílias com um adulto com 65 anos ou mais é previsto um aumento de 0.4 pp. Em Portugal a privação material aumentou nas famílias compostas por dois adultos com uma criança dependente ou com três ou mais crianças dependentes¹¹

Quadro 6: Taxa de privação material severa segundo o tipo de agregado, UE, 2016 (%)

	UE28			EA19			PT		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Agregados sem crianças a cargo	8.0	7.2	7.2^{ep}	6.8	6.4	6.4^{ep}	9.9	9.4	7.6
Pessoas singulares	11.9	10.7	10.6^{ep}	10.4	9.5	9.7^{ep}	15.5	13.3	11.6
1 adulto com menos de 65 anos	13.9	12.5	12.3^{ep}	12.5	11.6	11.3^{ep}	16.3	14.9	13.6
1 adulto com 65 e + anos	9.3	8.1	8.5^{ep}	7.3	6.4	7.4^{ep}	14.9	12.1	10.1
Agregados com crianças a cargo	9.7	9	8.3^{ep}	8.0	7.6	7.2^{ep}	11.3	9.8	9.1^p
1 adulto com crianças a cargo	19.2	17.1	16.0^{ep}	16.3	14.0	13.5^{ep}	17.9	18.5	15.9

¹¹ Eurostat. Code: ilc_mddd13 (dados atualizados a 12/10/2017)

2 adultos com 1 criança dependente	6.3	6.1	5.5^{ep}	5.3	5.5	4.9^{ep}	7.0	5.4	6.4
2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo	11.5	10.5	10.1^{ep}	9.0	8.3	7.9^{ep}	22.6	16.2	17.3

Fonte: Eurostat. Code: ilc_mddd13; e- estimativa p-provisório

➤ **Baixa Intensidade do Trabalho¹²**

Na UE28, em 2016, 10.4% da população com idade entre os 0-59 vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Esta proporção tinha aumentado gradualmente até 2014 (11.2%), mas desceu em 2015 para valores iguais aos registados em 2011 e 2012 (10.5%) e volta a ter uma ligeira descida.

As maiores percentagens verificam-se em países como a Irlanda (19.2% em 2015) Grécia (17.2%), Espanha (14.9%), Bélgica (14.6%) e Croácia (13.6%). As percentagens mais baixas verificam-se na Estónia (5.8%), Polónia (6.4%) e Eslováquia (6.5%).

Em Portugal essa percentagem foi de 9.1% (2016), menos 1.8pp face ao ano anterior.

Quadro 7: Pessoas a viverem em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)

Ano de referência	2008	2014	2015	2016
EU28	9.2	11.2	10.7	10.4 ^e
EA19	9.3	11.8	11.2	--
PT	6.3	12.2	10.9	9.1

Fonte: Eurostat. Code: t2020_51 / atualização de 12/10/2017

Emprego e Desemprego

Em 2016¹³, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 71%, uma evolução positiva de 1 pp face a 2015 e de 1.8 pp face a 2014. Mesmo assim, continua abaixo da meta estabelecida pela Estratégia Europa 2020 que prevê o aumento da taxa de emprego

¹² Eurostat, Code: t2020_51; Eurostat, Newsrelease nº 155/2017 de 16 de Outubro 2017

¹³ Eurostat_Code: ifsa_ergan (dados atualizados a 10-09-2017)

deste grupo populacional até, pelo menos, os 75%. No caso de Portugal, esta taxa teve um aumento de 1.5 pp, no período homólogo, e de 3 pp face a 2014.

Um dos aumentos mais significativos ao longo dos últimos anos prende-se com a taxa de emprego para a população com idades entre os 55 e os 64 anos. Se para a população entre os 20 e 64 anos a taxa de emprego aumentou apenas 1.2 pp entre 2007 e 2016, para a população entre os 55 e 64 anos este aumento foi de 10.8 pp.¹⁴ O Eurostat reforça a relevância deste indicador uma vez que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 prende-se com a maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho¹⁵.

Quadro 8: Taxa de Emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos e para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (%) por género

		2014			2015			2016			Objetivos Europa 2020 (total)
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	
20-64 anos	UE28	69.2	75.0	63.4	70.0	75.8	64.2	71.0	76.8	65.3	75.0
	PT	67.6	71.3	64.2	69.1	72.6	65.9	70.6	74.2	67.4	75.0
55-64 anos	UE28	51.8	58.8	45.2	53.3	60.1	46.9	55.2	62.0	48.9	
	PT	47.8	54.3	42.1	49.9	56.0	44.5	52.1	58.5	46.3	

Fonte: Eurostat. Code: lfsa_ergan / atualização de 19-09-2017

Do ponto de vista dos Estados Membros, a Grécia, a Croácia e a Itália foram os países que tiveram taxas de emprego para a população entre 20 e 64 anos mais baixas - 56.2%, 61.4% e 61.6%, respetivamente. Pelo contrário, os países com taxas mais elevadas foram a Suécia (81.2%), a Alemanha (78.7%) e o Reino Unido (77.6%). Em Portugal essa taxa registou 71%.

Existem diferenças significativas entre homens e mulheres. Em 2016, a taxa de emprego para a população masculina da UE28 com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos foi de 76.8% e no caso das mulheres a taxa foi de 65.3%. Apesar do aumento face ao período homólogo não se verificou uma alteração na diferença entre a taxa de emprego masculina e a feminina (11.5 pp de diferença).

¹⁴ Eurostat_Code: lfsa_ergan (dados atualizados a 10-09-2017)

¹⁵ Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28*, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016.

Essa diferença é menor em países como Lituânia (1.9 pp), Letónia (2.9 pp) e Finlândia (3.3 pp) e maior em países como Malta (27.6 pp), Itália (20.1 pp) e Grécia (19 pp). Neste indicador, Portugal possui uma diferença inferior a média europeia (6.8 pp).

No entanto, é ao nível do trabalho em *part-time* que se verifica uma maior disparidade entre homens e mulheres. Se apenas 8.2% dos homens entre os 20 e os 64 anos (UE28) encontram-se a trabalhar em regime de *part-time*, esta percentagem passa para 31.4% quando nos referimos a população feminina, ou seja, a proporção da população feminina em regime *part-time* é quase quatro vezes superior da masculina. Na Holanda a diferença é ainda superior uma vez que a maior parte das mulheres trabalhavam em *part time* (74.8% da mulheres entre os 20 e os 64 anos e 22.1% dos homens). No caso português, existe também uma diferença de género significativa ainda que inferior à da média europeia. Tal como pode-se verificar no Quadro 9, existe igualmente uma maior exposição da população mais velha (55-64 anos) ao trabalho *part-time*, tanto ao nível da média europeia (UE28) como em Portugal.

Quadro 9: Pessoas empregadas em part-time

		2014			2015			2016		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
20-64 anos	UE28	19	8.2	31.7	19	8.2	31.5	18.9	8.2	31.4
	PT	9.9	7.5	12.4	9.6	6.9	12.3	9.2	6.6	11.9
55-64 anos	UE28	22.5	11.1	36.4	22.1	10.7	35.9	22.0	10.6	35.7
	PT	18.1	14.9	21.7	16.5	12.9	20.6	14.8	12.2	17.7

Fonte: Eurostat. Code: lfsi_pt_a / atualização de 12-07-2017

A UE28 assistiu a um aumento gradual do trabalho em *part-time* entre 2003 e 2013, altura em que esta taxa de emprego atingiu 19% da população entre os 20 aos 64 anos. A diminuição em 2016 foi pouco significativa (0.1 pp). Em Portugal, verificou-se uma diminuição gradual desta taxa desde 2012, altura em que esta percentagem atingia 11% da população entre os 20 e os 64 anos. No entanto, ao nível do trabalho com contratos temporários verifica-se uma evolução inversa, com um aumento gradual nos últimos anos. Se, em 2012, 10.7% dos trabalhadores tinham contratos temporários, em 2016, a utilização deste tipo de contrato abrangia 11.2% dos trabalhadores entre os 20 e os 64 anos (UE28). Em Portugal, 18.6% dos trabalhadores estavam empregados com contratos temporários, um aumento de 0.3 pp face ao período homólogo e de 2 pp comparativamente a 2012. Novamente verifica-se a existência

de uma diferença de género com maior exposição das mulheres ao trabalho com contratos temporários tal como se pode ver no quadro 10.

Quadro 10: Pessoas empregadas com contratos temporários

		2014			2015			2016		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
20-64 anos	UE28	10.9	10.1	11.9	11.1	10.3	12.1	11.2	10.4	12.2
	PT	17.6	17	18.2	18.3	17.9	18.7	18.6	18	19.3
55-64 anos	UE28	5.1	4.7	5.5	5.1	4.8	5.4	5.3	5	5.7
	PT	7.3	7.3	7.2	7.9	8.3	7.4	7.4	7.5	7.4

Fonte: Eurostat. Code: lfsi_pt_a / atualização de 12-07-2017

No que diz respeito ao **desemprego**¹⁶, e para a zona euro (EA19), a taxa de desemprego em Agosto de 2017 foi de 9.1%. Esta percentagem manteve-se estável comparativamente a julho de 2017 e diminuiu relativamente a agosto de 2016 (9.9%). Esta taxa é a mais baixa desde fevereiro de 2009.

Para a UE28 a taxa de desemprego foi de 7.6% em agosto, tendo diminuído face a julho de 2017 (7.7%) e a agosto de 2016 (8.5%). Para Portugal a taxa de desemprego estava fixada em 8.9% em agosto deste ano, tendo-se verificado uma diminuição de 2 pp face ao período homólogo (10.9%). O país com maior taxa de desemprego foi a Espanha¹⁷ (17.1% em agosto), seguido da Itália (11.2%). Pelo contrário, os países com menores taxas de desemprego foram a República Checa (2.9%) e a Alemanha (3.6%). A Islândia também apresentou uma taxa de 2.8%.

Quadro 11: Desemprego (ajustamento sazonal), totais

	Agosto 2016	Julho 2017	Agosto 2017
EA19	9.9	9.1	9.1
EU28	8.5	7.6	7.6
PT	10.9	8.9	8.9

¹⁶ Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.1%*, Eurostat Newsrelease 145/2017, 2 October 2017.

¹⁷ É importante referir que em documentos anteriores tem-se indicado que é a Grécia com a taxa de desemprego mais elevada. Neste *Newsrelease do Eurostat* não estão indicados dados para a Grécia relativamente a Agosto. No entanto é possível saber que em junho de 2017 a taxa de desemprego na Grécia chegou aos 21.2%, uma percentagem inferior a Maio de 2017 (21.5%) e a junho de 2016 (23.5%).

O **desemprego jovem**¹⁸ continua a ser bastante elevado apesar de se verificar uma evolução positiva deste indicador com uma diminuição do desemprego junto desta população. Segundo o Eurostat, em agosto de 2017, 3 754 milhões de jovens com idade inferior a 25 anos estavam desempregados na UE28, dos quais 2.668 milhões estavam na zona euro. Em agosto de 2017 a taxa de desemprego jovem foi de 16.7% (18.5% no período homólogo) para a UE28 e de 18.9% para a zona euro (EA19) (20.6% em agosto de 2016). Para Portugal essa taxa foi de 24.6% em agosto de 2017, menos 2 pp face ao período homólogo, mas mais 1.6 pp relativamente a julho de 2017 (23.0%).

No que diz respeito ao **desemprego de longa duração**¹⁹, ou seja, das pessoas com idades entre os 15 e os 74 anos que estão desempregadas há 12 ou mais meses, verificou-se uma diminuição desta taxa desde 2013, altura em que o desemprego de longa duração atingia 5.1% para UE28 e 5.9% para EA19. Em 2016, o desemprego de longa duração atingiu 4% da população em idade ativa da UE28 e 5% da EA19. Em Portugal verificou-se também uma diminuição (6.2% em 2016, 7.2% em 2015 e 9.3 em 2013). No quadro seguinte é possível ver a distribuição do desemprego de longa duração segundo o género. As diferenças entre homens e mulheres é reduzida, mas mesmo assim esta situação é ligeiramente mais grave entre os homens ao nível de Portugal, e mais grave nas mulheres ao nível da UE28.

Quadro 12: Desemprego de longa duração por sexo (%)

	2015		2016	
	H	M	H	M
UE28	4.5	4.5	3.9	4.0
PT	7.3	7.2	6.4	6.0

Fonte: Eurostat (code: tesem130)

No caso da situação de **pobreza das pessoas empregadas (in-work poverty)** verificou-se que esta taxa aumentou até 2014 e manteve-se estável no último ano, o que demonstra a vulnerabilidade das pessoas que mesmo estando a trabalhar não conseguem sair de uma situação de pobreza. Segundo o Eurostat²⁰, a taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28. Para a Zona Euro (EA19) a taxa foi de 9.4% também em 2015. Em Portugal essa taxa foi de 10.7% em 2014 e 10.9%

¹⁸ Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.1%*, Eurostat Newsrelease 145/2017, 2 October 2017.

¹⁹ Fonte: Eurostat (code: tesem130). Atualizado a 2 de Outubro de 2017

²⁰ Fonte: Eurostat (Code: tesov110). Atualizado a 28 de setembro de 2017.

em 2015. O país da União Europeia com maior taxa de trabalhadores pobres, em 2015, foi a Roménia (18.8%), seguido da Grécia (13.4%) e da Espanha (13.1%).

Em 2016, e para Portugal, a taxa de trabalhadores pobres era mais significativa para os homens (11.6%) do que para as mulheres (10.2%) e para ambos os grupos verificou-se um aumento relativamente ao ano anterior (11.5% para os homens e 9.9% para as mulheres em 2015).

NEET

Segundo o Eurostat a proporção de jovens que não se encontram nem a trabalhar, nem em educação ou formação (NEET) aumenta com a idade: em 2016 (UE) a taxa de jovens NEET era de 6.1% para os grupos com idades entre os 15 e os 19 anos e de 18.8% para os grupos com idades entre os 25 e os 29 anos²¹.

Segundo o Eurostat²² a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 11.5%; para a Zona Euro (EA19) de 11.7% e para Portugal de 10.6%. Para a média europeia verifica-se uma diminuição desta taxa desde 2012, altura em que se registava 13.2% de jovens NEET para a UE28 e 13.1% para a EA19. Em Portugal, esta taxa diminuiu 3.5 pp face a 2013 (altura em que registou o valor mais elevado) e 0.7 pp face a 2015.

Tendências Demográficas

A população da União Europeia²³ tem vindo a aumentar, estando estimada em Janeiro de 2017 em 511.8 milhões de pessoas (510.3 milhões em janeiro de 2016).

A Alemanha continua a ser o Estado Membro mais populoso (16.2% do total da população da UE), logo seguido pela França (13.1%), o Reino Unido (12.9%), a Itália (11.8%), a Espanha (9.1%) e a Polónia (7.4%). A percentagem para Portugal era de 2.0% (10 309.6 pessoas, menos quando comparado com Janeiro de 2016 – 10 341.3).

²¹ *Young people in the EU: education and employment*, 11/08/2017. <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/EDN-20170811-1>

²² Eurostat. Code tesem 150

²³ Eurostat, *EU population up to almost 512 million at 1 january 2017*, Eurostat Newsrelease 110/2017, 10 july 2017.

Durante 2016, o número de crianças e o número de mortes foi igual (5.1 milhões) o que significa uma variação neutra da população da UE. A migração foi, uma vez mais, o único fator que contribuiu para um impulso mais positivo (1.5 milhões de habitantes).

O índice sintético de fecundidade na UE²⁴ aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 (Prov) em 2015 (para acontecer a renovação de gerações o número médio de filhos por mulher deve ser de 2.1). Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.31 (estimativa para 2015), sendo a menor taxa de fecundidade da UE28. No pólo oposto, a França lidera com um índice de 1.96 (2015)²⁵.

Quadro 13: índice sintético de fecundidade, total, 2001, 2014 e 2015

	2001	2014	2015	Varição 2015/2014	Varição 2015/2001
UE28 (previsão)	1.46	1.58	1.58	0	+0.12
PT (estimativa)	1.45	1.23	1.31	+0.08	-0.14

Fonte: Eurostat. Code: tsdde220

No que se refere ao índice de dependência dos idosos²⁶, verifica-se que em Janeiro de 2016 este foi de 29.3% para a UE28, ou seja, existia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos. A proporção variava entre os diferentes Estados membros, sendo o mais baixo na Irlanda (20.4%), no Luxemburgo (20.5%), na Eslováquia (20.6%) e o mais elevado em Itália (34.3%), Grécia (33.1%), Finlândia (32.4%) e Alemanha (32.0%). Portugal registava um índice de 31.8%.

Segundo o Eurostat, combinando os índices de dependência dos jovens e dos idosos, consegue-se obter o rácio de dependência total (calculado como a proporção de pessoas dependentes, jovens e idosos, em comparação com a população considerada em idade ativa, ou seja dos 15 aos 64 anos) que em 2016 e para a UE28 foi de 53.2% (existia aproximadamente 2 pessoas em idade ativa para cada pessoa dependente). Para Portugal esse rácio foi de 53.4%.

Segundo o Eurostat²⁷, 27.3 milhões de pessoas com 80 e mais anos viviam na UE em 2016, ou seja, 1 em cada 20 pessoas tinham 80 e mais anos. Este envelhecimento é em parte o resultado do aumento da esperança de vida. Este aumento significa que a esperança de vida aos 80 anos aumentou de 8.4

²⁴ Pordata.

²⁵ Eurostat. Code tsdde220 (atualizado a 1 de Maio de 2017)

²⁶ Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2017

²⁷ *Over 27 million people aged 80 and over in the EU*, 30/09/2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/EDN-20170930-1>

anos em 2005 para 9.2 anos em 2015. As mulheres continuam a representar dois terços (64%) das pessoas idosas na UE (embora tenha ocorrido uma redução entre 2006 e 2016). Esta sobre representação das mulheres é comum a todos os Estados-Membros.

Em termos globais são os Estados membros do sul da europa que registam a maior proporção de pessoas idosas. Em 2016 as maiores proporções de pessoas com 80 ou mais anos foram registadas na Itália (6.7%) e Grécia (6.5%), logo seguidos pela Espanha (6.0%) e Portugal (5.9%). As mais baixas foram registadas na Irlanda (3.1%), Eslováquia (3.2%) e Chipre (3.3%).

Quadro 14: Os idosos na União Europeia e Portugal (%)

		2015		2016	
		UE	PT	UE	PT
% de idosos com 65 ou + anos no total da população	Total	18.9 ^p	20.3 ^e	19.2 ^p	20.7 ^e
Esperança de vida aos 65	Masculino	17.9 ^{ep}	18.0		
	Feminino	21.2 ^{ep}	21.7		
Anos de vida saudável aos 65 anos	Masculino	9.4	7.0		
	Feminino	9.4	5.4		
% de idosos que vivem sós	Total	32.1	24.2		
	Masculino	21.3	12.6		
	Feminino	40.5	32.5		
Taxa de atividade de pessoas com 65 anos ou mais	Total	5.5	11.6	5.7	11.1
	Masculino	8.0	17.7	8.2	17.1
	Feminino	3.7	7.2	3.8	6.7

Fonte: Eurostat; Codes: tps00028; hlth_hlye; ilc_lvps30; lfsa_argan; isoc_ci_ifp_fu; atualização junho – Outubro 2017

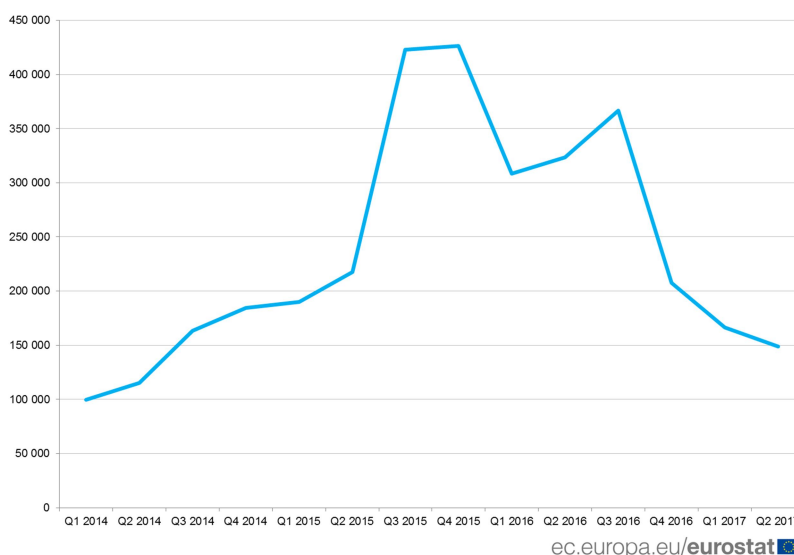
Requerentes de asilo

Segundo o Eurostat²⁸ durante o segundo trimestre de 2017, 149 000 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados-membros da UE (menos 11% em relação ao primeiro trimestre de 2017).

Figura 1: Requerentes de asilo, pela primeira vez, registados nos Estados-Membros da UE

²⁸ Eurostat, *Fewer first time asylum seekers in the second quarter of 2017*, 22 september 2017. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-eurostat-news/-/DDN-20170922-1>

First time asylum applicants registered in the EU Member States



Fonte: Eurostat

Entre Abril e Junho de 2017, as 3 principais nacionalidades destes requerentes de asilo foram: Sírios (21 100 pessoas), Nigerianos (9 800), Afegãos (9 700) e Iraquianos (9 300), Paquistaneses (7300), Albaneses (6 000), Eritreus (5 700) e Bengaleses (5 500).

No 2º trimestre de 2017 os países que registaram o maior número de pedidos foram a Alemanha (28% do total dos primeiros pedidos nos Estados Membros da UE) e Itália (23% do total), seguido da França (14%) e Grécia (7%).

Comparativamente com a população total de cada Estado Membro, a Grécia registou a maior taxa de candidatos registrados pela primeira vez no período aqui em análise (981 candidatos pela primeira vez por um milhão de habitantes), seguido de Malta (933), Luxemburgo (887) e Chipre (855). As taxas mais baixas foram registadas em países como a Eslováquia (5), Polónia (19), Portugal (25) e a República Checa (26). Na União Europeia e também para o segundo trimestre de 2017 existiram um total de 291 requerentes de asilo pela primeira vez por um milhão de habitantes.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) – Painel de Indicadores Sociais

A 26 de Abril a Comissão Europeia apresentou a sua Comunicação sobre o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. O Pilar contempla um conjunto de princípios e direitos estruturados em três categorias: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas, proteção social e inclusão social.

Um dos documentos do PEDS refere-se a um **Painel de Indicadores sociais** para acompanhar as tendências e os desempenhos nos países da UE em 12 domínios. É uma *ferramenta de monitorização que permitirá também avaliar os resultados mais bem-sucedidos e garantir uma melhoria mais global.*

De seguida são apresentados os indicadores para a UE e para Portugal segundo o que é apresentado pelo Eurostat:

Painel de Indicadores para a UE28

	Unidade	Período de Referência				
		2005	2010	2014	2015	2016
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho						
Abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	%	15.7	13.9	11.2 ^b	11.0	10.7
Disparidades de género no emprego	Pontos percentuais	15.9	13.0	11.5	11.6	11.6
Desigualdade de rendimento (S80/S20)	Rácio	(:)	4.9	5.2	5.2	(:)
Risco de Pobreza e de Exclusão Social (AROPE)	%	(:)	23.7	24.4	23.8	(:)
Jovens que não estão nem a trabalhar, nem a estudar, nem em formação (15-24 anos) (NEET)	%	12.7	12.8	12.5	12.0	11.5
Mercados de trabalho dinâmicos e Condições de trabalho equitativas						
Taxa de emprego (20-64 anos)	%	67.9	68.6	69.2	70.1	71.1
Taxa de desemprego (15-74 anos)	%	9.0	9.6	10.2	9.4	8.6
Participação em Políticas ativas de emprego	Taxa	(:)	(:)	(:)	(:)	(:)
Rendimento disponível bruto das famílias, em termos reais, PIB per capita (PPS- paridades de poder de compra) (Index 2008=100)	Index 2008=100	95.93	100.66	99.26	100.96	103.01
Remunerações dos empregados por hora trabalhada	Euro	18.4	20.5	22.2	22.9	22.8
Apoio público / Proteção social e inclusão						
Impacto das prestações sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza	%	(:)	36.54	34.10	33.72	(:)
Crianças com menos de 3 anos em acolhimento formal	%	(:)	28.0	28.4	30.3	(:)
Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos, comunicadas pelo próprio	%	(:)	3.1	3.6	3.2	(:)
Indivíduos que tenham pelo menos competências digitais básicas	%	(:)	(:)	(:)	55	56

Fonte: Eurostat; Atualização a 09/10/2017

Painel de Indicadores para PORTUGAL

	Unidade	Período de Referência				
		2005	2010	2014	2015	2016
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho						
Abandono precoce de educação e formação (18-24 anos)	%	38.3	28.3	17.4 ^b	13.7	14.0
Disparidades de género no emprego	Pontos percentuais	12.7	9.8	7.1	6.7	6.8
Desigualdade de rendimento (S80/S20)	Rácio	7.0	5.6	6.2	6.0	(:)
Risco de Pobreza e de Exclusão Social (AROPE)	%	26.1	25.3	27.5	26.6	(:)
Jovens que não estão nem a trabalhar, nem a estudar, nem em formação (15-24 anos) (NEET)	%	11.1	11.4	12.3	11.3	10.6
Mercados de trabalho dinâmicos e Condições de trabalho equitativas						
Taxa de emprego (20-64 anos)	%	72.2	70.3	67.6	69.1	70.6
Taxa de desemprego (15-74 anos)	%	8.8	12.0	14.1	12.6	11.2
Participação em Políticas ativas de emprego	Taxa	32.3 ^u	29.8 ^u	24.6	28.5 ^u	(:)
Rendimento disponível bruto das famílias, em termos reais, PIB per capita (PPS- paridades de poder de compra) (Index 2008=100)	Index 2008=100	102.63	100.24	93.52 ^e	97.11	(:)
Remunerações dos empregados por hora trabalhada	Euro	9.8	11.1	10.8	10.8 ^e	11.1 ^e
Apoio público / Proteção social e inclusão						
Impacto das prestações sociais (excluindo as pensões) na redução da pobreza	%	24.51	32.20	26.97	26.14	(:)
Crianças com menos de 3 anos em acolhimento formal	%	30.0	37.0	44.9	47.2	(:)
Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos, comunicadas pelo próprio	%	4.6	2.0	3.5	3.0	(:)
Indivíduos que tenham pelo menos competências digitais básicas	%	(:)	(:)	(:)	48	48

Fonte: Eurostat; Atualização a 09/10/2017

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza

O recente Destaque do INE²⁹ indica que **19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2015**, valor ligeiramente inferior ao ano anterior (19.5% em 2014).

De acordo com o INE, a taxa de risco de pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente, que foi, em 2015, de 5 269 euros (60% de 8 782€), ou seja, cerca de 439€/mês.

Quadro 15: Limiar de Risco de Pobreza (2005-2015) (INE)

Ano de referência do rendimento	2011	2012	2013	2014	2015
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4 994	4 906	4 937	5 061	5 269

Fonte: INE

Do ponto de vista dos grupos etários verificou-se um aumento da taxa de risco de pobreza para as pessoas idosas para 18.3% em 2015 (em 2014 foi de 17.0%). No caso das crianças verificou-se uma diminuição em 2.4 pontos percentuais, sendo em 2015 de 22.4% (em 2014 foi de 24.8%). No caso da população adulta com idades entre os 18 e os 64 anos a taxa foi de 18.2% em 2015, também ligeiramente inferior a 2014 que foi de 18.8%.

Em 2015, o risco de pobreza continuou a atingir com maior impacto as mulheres: 19.6% face a 18.2% para os homens. Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A este nível, 2012 foi um ano excecional com uma taxa de risco de pobreza ligeiramente superior junto dos homens, com 18.8% (para as mulheres foi de 18.7%).

²⁹ Destaque do INE, *Rendimento e Condições de Vida 2016*, 16 de maio de 2017

Quadro 16: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2012-2015 (%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	18.7	19.5	19.5	19.0
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	18.8	18.9	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	18.7	20.0	20.1	19.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.4	25.6	24.8	22.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	18.4	19.1	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (65 ou +anos)	14.6	15.1	17.0	18.3

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

Do ponto de vista da composição do agregado familiar tem-se vindo a verificar que a taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza (ligeiramente inferior a 2014 – 22.2%), enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes (ligeiramente superior a 2014 – 16.6%).

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes continuam a ser as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza em 2015 (31.6% e 42.7% respetivamente). É importante referir que enquanto nas famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos uma criança) registou-se um pico do risco de pobreza em 2013 (38.4%). No caso dos agregados com dois adultos e com três ou mais crianças, esse pico verifica-se agora, em 2015, depois de ter descido ligeiramente entre 2013 e 2014.

Refira-se ainda que tem-se vindo a verificar um aumento gradual da taxa de risco de pobreza nos agregados com 1 adulto sem crianças (de 21.9% em 2012 passou para 26.3% em 2015) e no caso dos agregados formados por um adulto com 65 ou mais anos e sem crianças, o aumento foi também significativo entre 2012 (21.6%) e 2015 (28.1%).

Quadro 17: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015
Total sem crianças dependentes	15.0	15.8	16.6	16.8
1 Adulto sem crianças	21.9	23.1	25.4	26.3
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	22.3	23.8	23.7	23.9
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	21.6	22.5	26.8	28.1
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17.0	17.4	16.8	16.0
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13.4	13.1	14.3	16.4
Outros agregados, sem crianças	12.0	13.1	13.7	12.8
Total, com crianças dependentes	22.2	23.0	22.2	21.0
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	33.1	38.4	34.6	31.6
2 Adultos com 1 criança	16.0	15.4	13.7	15.0
2 Adultos com 2 crianças	19.9	18.0	20.4	17.0
2 Adultos com 3 + crianças	40.4	38.4	37.7	42.7
Outros agregados, com crianças	23.8	28.8	26.1	24.9

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza, não havendo alterações quando comparado com 2014. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente a população reformada, tem-se vindo a assistir a um aumento do risco de pobreza entre 2012 e 2015, passando de 12.8% para 16.0%, respetivamente.

Quadro 18: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (%)

Ano de referência	2012	2013	2014	2015
Total com emprego	10.5	10.7	10.9	10.9
Total sem emprego	23.8	24.7	25.2	25.4
Desempregado	40.3	40.5	42.0	42.0
Reformado	12.8	12.9	14.4	16.0
Outros inativos	29.6	32.4	31.9	31.2

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

Em 2013, o INE procedeu pela primeira vez ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009), tendo por base a variação do índice de preços no consumidor. De facto, a taxa de risco de pobreza tem como base um conceito de pobreza relativa onde o cálculo do limiar de pobreza é influenciado pelas variações do rendimento médio da população. Com este indicador, procura-se conhecer a taxa de pobreza da população no momento da recolha de novos dados tendo em conta o limiar de pobreza de determinado ano (2009). Assim, o limiar de pobreza em 2015, tendo por base este indicador, é de 5 651€, mais 382€ do que o limiar calculado com base no rendimento médio efetivo da população em 2015 (5 269€).

Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2015, seria de 21.8%, descendo 2.3 pp relativamente ao ano anterior (24.1% em 2014).

Também tendo por base este indicador, continuam a ser as crianças que apresentam maior vulnerabilidade (24.5% em 2015). Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 3.8 pp (em 2014 foi 28.3%). Refira-se ainda que o aumento desta taxa tem sido gradual desde 2009 quando 22.4% das crianças estavam em situação de pobreza, tendo atingido um pico em 2013 de 31.1%. Entre 2014 e 2015 esta taxa reduziu em todos os grupos etários, mas de forma mais ligeira para a população com 65 ou mais anos (apenas 1pp).

Quadro 19: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal 2009-2015

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (po)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5 624	5 639	5 624	5 651
Taxa de risco de Pobreza (total)	%	17.9	19.6	21.3	24.7	25.9	24.1	21.8
0 - 17 anos	%	22.4	23.9	26.1	30.9	31.1	28.3	24.5
18-64 anos	%	15.7	17.7	20.3	23.7	24.6	23.1	20.7
65 + anos	%	21.0	21.6	19.8	22.4	25.5	24.0	23.0

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida / Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza isso significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados do INE indicam para 2015 a taxa de intensidade de pobreza foi de 26.7%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%). Esta taxa foi mais elevada para os homens (27.1%) do que para as mulheres (26.5%) e foi mais significativa para o grupo de pessoas com idades entre os 18 e 64 anos (29.3%), logo seguido do grupo das crianças (28.7%) e por fim das pessoas com 65 ou mais anos (18.0%).

Quadro 20: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC 2013-2015) (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015
Total	27.4	30.3	29.0	26.7
Homens	28.4	31.2	30.1	27.1
Mulheres	27.0	29.3	28.7	26.5

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Desigualdade na distribuição do rendimento³⁰

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica aufer 10.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre. Em ambos verifica-se uma descida por comparação a 2014, 6.0 no rácio S80/S20 e 10.6 no rácio S90/S10 respetivamente.

Nos últimos anos tínhamos vindo a assistir a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades desde 2009, verificando-se agora uma descida em 2015. O mesmo acontece no caso do coeficiente de Gini.

³⁰ Última atualização dos dados em Maio de 2017

Quadro 21: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (2003 - 2015)

Ano de referência de dados	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Coefficiente de <i>Gin</i> ³¹	%	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5	34.0	33.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2	6.0	5.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1	10.6	10.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza

Quadro 22: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2012-2015 (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	46.9	47.8	47.5	46.1
Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões	25.5	26.7	26.4	25.0
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	18.7	19.5	19.5	19.0

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Risco de Pobreza e Exclusão Social

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**³². Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral *per capita*), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

³¹ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

³² Consideram-se em **intensidade laboral muito reduzida** todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

➤ **Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social**

Os dados do Destaque do INE de maio de 2017 indicam que, em 2016, 25.1% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social (2 595 milhões de pessoas). Uma percentagem ligeiramente inferior a 2015 (26.6%).

Quadro 23: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano do inquérito	2013	2014	2015	2016
População em risco de pobreza ou exclusão social	27.5	27.5	26.6	25.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

➤ **Privação Material e Privação Material Severa**

A privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. A privação material severa, por outro lado corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens.

Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa. No que diz respeito à intensidade da privação material (*número médio de itens em falta para esta população em privação material*), esta foi em 2016 de 3.6.

Quadro 24: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2013-2016)

Ano de referência	un.	2013	2014	2015	2016
Taxa de privação material	%	25.5	25.7	21.6	19.5
Taxa de privação material severa	%	10.9	10.6	9.6	8.4
Intensidade da privação material	nº	3.6	3.6	3.7	3.6

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Quadro 25: Itens de privação material na população total, Portugal, EU-SILC 2015 e 2016 (%)

Ano de referência	2015	2016
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	51.3	47.2

Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	40.7	38.3
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	23.8	22.5
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10.1	9.3
Sem disponibilidade de automóvel	8.3	6.9
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3.5	3.4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1.2	1.1
Sem disponibilidade de telefone	0.9	0.7
Sem disponibilidade de televisão a cores	0.3	0.3

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2015-2016; Atualização em maio de 2017

Excetuando o último item todos os outros apresentam uma ligeira descida face ao ano anterior.

➤ Intensidade Laboral

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados do INE indicam que, em 2013, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico em 2014. Os dados para 2016 revelam uma descida para 9.1%.

Quadro 26: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência	2013	2014	2015	2016
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12.2	12.2	10.9	9.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Emprego/ desemprego (julho de 2017)

Em julho de 2017 a população empregada foi estimada em 4702,9 mil pessoas, tendo aumentado 0.5% em relação ao mês de junho. A taxa de emprego situou-se em 60.3%. A taxa de emprego dos homens (64.3%) excedeu a das mulheres (56.7%). A população desempregada foi estimada em 459,6 mil pessoas, tendo diminuído 1.9% em relação a junho de 2017. A taxa de desemprego situou-se nos 8.9%.

A taxa de desemprego dos jovens situou-se em 24.6% e aumentou 1.6% em relação ao mês precedente.³³

Quadro 27 – População empregada, desempregada e por género (%)

	2º T de 2016	1º T de 2017	2º T de 2017
População empregada	4602,5	4658,1	4760,4
Homens	2364,3	2389,1	2443,8
Mulheres	2238,2	2269,0	2316,6
População desempregada	559,3	523,9	461,4
Homens	285,0	258,6	224,2
Mulheres	274,3	265,3	237,2

Fonte: INE; Boletim Mensal de Estatística agosto 2017

NEET

Segundo o INE no 1º trimestre de 2017 existiam 265.5 mil jovens com idades entre os 15 e os 34 anos que não estavam empregados, nem a estudar, nem em formação (11.8%). Esta percentagem foi ligeiramente inferior face ao trimestre anterior (13%) e face ao trimestre homólogo (13.9%). Este grupo era composto maioritariamente por mulheres (52.1%, 138.4 mil), pessoas com idades entre os 25 e os 34 anos (62.6%, 166.2 mil), com o 3º ciclo do ensino básico (45.0%, 119.6 mil) e desempregados (59.1%, 156.8 mil).

Quadro 28 – Jovens com idade dos 15 aos 34 anos não empregados, que não estão em educação ou formação

	1º T de 2016	4º T de 2016	1º T de 2017
Total de Jovens NEET	13.9	13.0	11.8
Homens	13.2	12.8	11.3
Mulheres	14.6	13.2	12.3
Dos 15 anos 19 anos	3.8	4.4	3.8
Dos 20 aos 24 anos	18.4	17.4	14.6
Dos 25 aos 34 anos	16.5	15.2	14.3
Até ao ensino básico – 3º ciclo	14.7	15.2	13.2
Secundário e pós-secundário	13.8	12.4	12.0
Superior	12.4	10.4	8.8

Fonte: INE; Inquérito ao Emprego – 1º trimestre de 2017

³³ Estatísticas mensais de Emprego e desemprego agosto 2017, INE

➤ Retribuição Mínima Mensal Garantida

Tendo em conta apenas Portugal continental, a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que em abril de 2016 auferiam a retribuição mínima mensal garantida é de 25.3%. Esta proporção tem vindo a aumentar desde 2009, altura em que 8.1% dos TCO recebiam o salário mínimo nacional. Sublinhe-se ainda a diferença verificada entre homens e mulheres. Em abril de 2016, 19.7% dos homens empregados a tempo inteiro recebiam esta remuneração e 32.0% das mulheres auferiam o salário mínimo. Foi também junto das mulheres TCO que se verificou um maior aumento desta proporção. De qualquer das formas a grande diferença verifica-se entre o ano 2014 e o ano 2015.

Quadro 29: Proporção de TCO a tempo completo que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida, por sexo

Continente	Abril					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	8.1	8.3	9.2	8.1	16.9	19.7
Mulheres	14.7	15.3	15.1	19.3	26.9	32.0
Total	10.9	11.3	11.7	13.2	21.4	25.3

Fonte: INE

Foi atualizado o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a 1 de Janeiro de 2017 para 557€ (Decreto Lei nº 86-B/2016 de 29 de Dezembro).

Segundo o INE³⁴, em 2016, os trabalhadores por conta de outrem (3 787.2 mil pessoas) representavam 82.2% da população empregada. Em termos de contrato, 22.3% (844.0 mil) tinham um contrato não permanente, com termo ou de outro tipo (prestação de serviços). Em 2015, e no conjunto dos países da União Europeia, Portugal ocupava o 3º lugar, depois da Espanha e da Polónia, em termos da proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente (22.0%). A média da União Europeia era de 14.1%).

No que diz respeito às mulheres, em 2016, 86.1% das mulheres empregadas trabalhavam a tempo completo e 13.9% trabalhavam a tempo parcial. Em termos salariais, em 2014, o diferencial salarial (*gender pay gap* não ajustado) das mulheres face aos homens era de 14.4% para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo³⁵.

³⁴ Destaque do INE, *Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017

³⁵ Destaque do INE, *Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017, p.7

Prestações Sociais

O novo executivo que tomou posse ainda no ano de 2015 introduziu alterações nos cortes que tinham sido registados anteriormente em relação a algumas prestações sociais. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas dessas prestações (Rendimento Social de Inserção; Complemento Solidário para Idosos e Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

Em Portugal, em **agosto de 2017**, existiam 964 521 famílias e 210 419 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI). Do conjunto de beneficiários, 107 252 eram mulheres e 103 167 eram homens; 66 040 eram crianças com menos de 18 anos e 3 847 adultos com mais de 65 anos.

Em termos de valores verifica-se um aumento neste último ano (2016): 111.87€ por beneficiário (era 94.23€ em 2015); 254.14 € por família (era 213.89€ em 2015).

Quadro 30: Famílias e Beneficiários com processamento de Rendimento Social de Inserção (anual)

	2012	2013	2014	2015	2016
Famílias	160 358	148 107	139 557	134 161	132 696
Beneficiários	420 429	360 175	320 601	295 615	287 407

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados a agosto de 2017

➤ Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)

Relativamente ao CSI, em **agosto de 2017**, existiam 165 783 beneficiários do CSI, sendo 116 408 do sexo feminino e 49 375 do sexo masculino.

Quadro 31 - Beneficiários do CSI (anual)

	Anual				
	2012	2013	2014	2015	2016
Beneficiários	244 912	237 885	212 617	176 777	173 056

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados de fevereiro de 2017

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e mês de processamento (nº)**

No que diz respeito às prestações de desemprego é possível ver na tabela seguinte uma descida no número de beneficiários das principais medidas, mas uma ligeira subida no que se refere ao prolongamento do subsídio social de desemprego. Nesta tabela é já possível ter uma referência do número de beneficiários da Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração. Esta Medida foi implementada em 2016 (Lei nº 7-A/2016 de 30 de março) e “consiste na atribuição de uma prestação mensal de valor igual a 80% do montante do último subsídio social de desemprego recebido, durante um período de 180 dias contados a partir da data de apresentação do requerimento”³⁶.

Quadro 32 – Beneficiários das prestações de desemprego (anual) e referente a Abril de 2017

	2012	2013	2014	2015	2016	agosto 2017
Subsídio de Desemprego	543 615	562 998	495 043	441 354	383 558	149 680
Subsídio Social Desemprego Inicial	62 230	47 826	37 329	33 936	30 774	7 077
Subsídio Social Desemprego Subsequente	77 905	100 617	106 415	99 167	83 661	26 864
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	87	88	93	82	101	30
Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração	-	-	-	-	3 757	2 752
Total	683 837	711 529	638 880	574 539	501 851	185 473

Fonte: Segurança Social; situação da base de dados em 1 de fevereiro de 2017

E ainda possível verificar que para Abril de 2017 existiam 185 473 beneficiários das prestações de desemprego. Um número inferior ao verificado em Abril de 2016 (243 321). É importante referir que a Medida Extraordinária começa a ser contabilizada do ponto de vista estatístico apenas em Julho de 2016.

No que diz respeito aos valores médios das referidas prestações, o valor médio mensal do subsídio processado por beneficiário para agosto de 2017 foi de 465.22 €. Este valor contempla todas as prestações indicadas. Do ponto de vista de cada uma das prestações é possível ver no quadro seguinte a sua evolução nos últimos anos:

³⁶ Para mais informações consultar: <http://www.seg-social.pt>

Quadro 33 – Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio (anual / €)

	2012	2013	2014	2015	2016
Subsídio de Desemprego	565.48	534.83	509.06	501.83	507.38
Subsídio Social Desemprego Inicial	415.69	379.40	382.39	398.83	399.08
Subsídio Social Desemprego Subsequente	419.67	407.33	397.08	398.81	386.37
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	373.07	374.90	387.22	361.31	407.72
Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração	-	-	-	-	391.44
Total	541.35	513.34	489.96	482.60	483.93

Fonte: Segurança Social; situação da base de dados em fevereiro de 2017

Sobre-endividamento³⁷

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pelo Gabinete de Apoio ao Sobre endividado da DECO no seu Boletim Estatístico do primeiro trimestre de 2017.

Quadro 34: Processos e pedidos de informação de Sobre-endividamento e causa do sobre-endividamento (desemprego %)

	2012	2013	2014	2015	2016	1º T 2017
Nº de Processos	5 407	4 034	2 768	2 712	2 715	623
Nº de Pedidos de apoio	23 183	29 214	29 006	29 056	29 530	7 350
% causa desemprego	40%	35%	31%	31%	27%	22%

Fonte: GAS DECO

³⁷ GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2017. Disponível em: <http://gasdeco.intradeco.pt/activeapp/wp-content/uploads/2017/05/Boletim-Estatisto-1%C2%BA-trimestre-Ano-2017.pdf>

É ainda possível verificar que no caso específico do peso do desemprego como causa para o sobre-endividamento este tem vindo a diminuir depois de uma subida significativa em 2012 (40%), só semelhante em 2008 (40%).

Das famílias que pedem ajuda 30% têm o ensino secundário e 23%, o 3º ciclo; 40% têm idades entre os 40 e os 54 anos e 25% idades entre os 25 e os 35 anos. Tendo em conta a situação profissional, 21% encontrava-se desempregado e 35% eram trabalhadores por conta de outrem no sector privado. O rendimento médio do agregado familiar era de 1 070€ e o valor médio de prestações mensais de crédito era de 740€ (uma taxa de esforço médio de 69%). A média do número de créditos em processo do GAS foi 5. O crédito à Habitação continua a liderar em termos de montante médio de crédito (82 972€), logo seguido do crédito pessoal (14 460€), do crédito automóvel (11 450€) e do cartão de crédito (6 350€).

As principais causas para o sobre-endividamento continuam a ser lideradas pelo desemprego (22%), logo seguido dos cortes salariais (11%) e da doença (10%).

Dados Demográficos

A esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada em 80.62 anos para o total da população, sendo de 77.61 anos para os homens e de 83.33 anos para as mulheres no triénio de 2014-2016³⁸. Estes valores representam um ganho de 1.44 anos para os homens e de 1.14 para as mulheres, comparativamente com os valores estimados para 2008-2010.

A esperança de vida aos 65 anos atingiu 19.31 anos para o total da população. Os homens de 65 anos de idade podem esperar viver, em média, mais 17.44 anos e as mulheres mais 20.73 anos.

³⁸ INE, *Tábuas de Mortalidade 2014-2016*, setembro 2017

FONTES:

Bibliografia

- Destaque do INE, *Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017.
- Destaque do INE, *Rendimento e Condições de Vida 2016*, 16 de maio de 2017.
- Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2017.
- Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016.
- Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28*, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016.
- Eurostat, *EU population up to almost 512 million at 1 january 2017*, Eurostat Newsrelease 110/2017, 10 july 2017.
- Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.1%*, Eurostat Newsrelease 145/2017, 2 October 2017.
- Eurostat, *Fewer first time asylum seekers in the second quarter of 2017*, 22 september 2017.
- Eurostat, *Over 27 million people aged 80 and over in the EU*, 30/09/2017.
- Eurostat, *Young people in the EU: education and employment*, 11/08/2017.
- GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2017.
- INE, *Estatísticas mensais de Emprego e desemprego*, agosto 2017.
- INE, *Tábuas de Mortalidade 2014-2016*, setembro 2017.

Webgrafia

- <http://www.seg-social.pt>
- <http://www.ine.pt>
- <http://gasdeco.net>
- <http://ec.europa.eu/eurostat>
- <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/election-results-2014.html>
- <http://www.economist.com/news/europe/21603034-impact-rise-anti-establishment-parties-europe-and-abroad-euro-sceptic-union>